

A CULTURA POLÍTICA DOS CIDADÃOS E A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS UM ESTUDO SOBRE A ADESAO PARTIDÁRIA DO ELEITORADO SANTA-MARIENSE EM 2004

DANTRO GUEVEDO*

Resumo

O principal objetivo deste artigo é apresentar informações e análises sobre a cultura política dos eleitores da cidade de Santa Maria, a fim de enfatizar a importância da identificação partidária (ou ideológica) para a legitimidade e a consolidação de instituições democráticas, tal como os partidos políticos. A partir de dados obtidos em uma pesquisa de opinião pública foi revelado um descompasso entre essas instituições e a cultura política da população, que para ser superado dependerá de transformações mútuas, não apenas na consciência política do eleitorado, mas inclusive na de atuação dos partidos.

Palavras Chave: Identificação Partidária, Cultura Política e Instituições Políticas.

Abstract

The main purpose of this article is to present information and analysis about the political culture of the electorate in Santa Maria - RS, in order to emphasize the importance of the partidary (or ideological) identification to the legitimacy and the consolidation of democratic institutions, such as political parties. Based on data obtained in a public opinion research, it was revealed a disagreement between institutions and the political culture of the population, which depends, to be overcome, on mutual transformation, not only in political consciousness of the electorate, but also in partidary acting.

Key-words: Partidary Identification, Political Culture and Political Institutions.

Introdução

Durante o desenvolvimento histórico das ciências sociais contemporâneas, particularmente da Ciência Política e da Sociologia Política, quando os pesquisadores passaram a fazer amplo uso de inferências estatísticas e empenhar elevados recursos em pesquisas de opinião pública, ocorreram grandes transformações e importantes avanços na linguagem, nas metodologias, nas hipóteses, pressupostos e conclusões geradas por essa área do conhecimento humano. A partir da década de 40¹ do século XX surgiram linhas de investigação, que atualmente estão consolidadas e detêm grande importância nos círculos acadêmicos, tratando de questões referentes ao comportamento eleitoral e posteriormente tratando da cultura política de massas, isto é, debatendo a forma de participação e as atitudes políticas dos cidadãos que integram cada Estado-Nação.

O comportamento eleitoral de massas é um tema de investigação relativamente novo em meio às ciências sociais, pois as eleições de massas são fenômenos recentes na história da democracia. Nem mesmo na Grécia Antiga, berço da civilização ociden-

* Bacharel em Ciências Sociais - Acadêmico do Curso de Pós-graduação em Estatística e Modelagem Quantitativa / UFSM

¹ Obras como "Voting - A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign" de pesquisadores como Paul F. Lazearfield, Bernard R. Berelson e William N. McPhee representam os trabalhos pioneiros nesta área de investigação científica.

tal, onde existiu a democracia direta², existiram eleições de massas. Foi a partir da abertura política e ampliação do voto³ para os diversos setores da sociedade inglesa, com a inserção do proletariado no cenário político no final século XIX, que a democracia passou a representar um regime baseado no consenso de grandes populações.

O debate sobre cultura política, por sua vez, acompanha as ciências sociais há um tempo um pouco maior. Montesquieu definiu como “vontade geral”, Marx definiu como “consciência de classe”, Mannheim tratou de “inconsciente coletivo”, mas foi com a definição de “cultura política” a partir do clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989]), “*The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*” que as pesquisas de opinião pública, desenvolvidas pela sociologia e ciência política do século XX, passaram a investigar de maneira sistemática e com base em dados empíricos as atitudes, as crenças, os valores, as informações e o comportamento das populações eleitorais.

Atualmente, ambas as áreas de investigação apresentam uma vasta produção bibliográfica, aumentando anualmente, e mesmo sendo independentes e especializadas também apresentam pontos de debates muito próximos e interligados. Para a elaboração deste artigo pretendo tratar de temas que considero comuns a ambas as áreas de conhecimento, um deles diz respeito ao (1) “enfraquecimento da preferência partidária ou identificação ideológica” (um tema muito estudado quando se trata do comportamento eleitoral), e outro trata da (2) “legitimidade de determinadas instituições políticas tal como o sistema partidário” (uma questão que recebe grande destaque em estudos sobre a cultura política e reformas institucionais).

Pressupostos analíticos

Recentemente iniciou-se em meio às ciências sociais uma forte divergência entre teses culturalistas⁴ (defendem que os fenômenos sociais e históricos são determinados e sustentados pela participação e opinião do povo) e teses neo-institucionalistas⁵ (tais eventos seriam determinados por decisões e ações das elites que manipulam e controlam as instituições políticas).

Teoricamente as instituições são definidas como aqueles mecanismos que regulam, classificam, ordenam, estruturam e atribuem forma aos sistemas políticos. As democracias, tal como as conhecemos hoje, possuem uma “forma institucional” caracterizada principalmente pela tri-partição dos poderes, divisão do Estado em unidades federativas, uma constituição única, um sistema partidário, leis eleitorais, uma agenda das questões políticas, um sistema de governo, meios de comunicação intermediando a relação entre Estado e Sociedade, um aparato burocrático de legitimação do poder decisório, enfim, por vários dispositivos que contribuem para a formalização e resolução dos conflitos de poder e de interesses inerentes as sociedades modernas.

Com o advento do “sufrágio universal” as democracias passaram a depender ainda mais dos votos. Conseqüência disso é que a opinião dos cidadãos adquiriu um novo e importante papel na consolidação e desenvolvimento de regimes democráticos, pois o voto popular passou a determinar a manutenção ou transição dos governos e parlamentos. Com base nisso, ao invés de tentar impor como verdade absoluta que “opiniões determinam as instituições”, considero preferível sustentar com coerência que as democracias contemporâneas legitimam-se na relação interdependente entre

² Cabe lembrar que a democracia direta praticada pelos gregos de Atenas ocorreu somente entre os séculos VII e V a.C., e excluía de mulheres e “escravos” o direito de manifestação política, inclusive de voto.

³ Segundo Sartori (1982, pp. 42-43) a ampliação do voto representou um avanço tão grande para a democracia que o sistema partidário tal como o conhecemos hoje pode ser considerado como um resultado dessa transformação.

⁴ Sobre a definição das teses culturalistas ver especialmente o artigo “Democracia e Cultura: uma visão não culturalista” de autoria de Adam Przeworski, José Antônio Cheibub e Fernando Limongi, Lua Nova, nº 58, 2003.

⁵ Sobre a definição das teses neo-institucionalistas ver especialmente o artigo “As três versões do neo-institucionalistas” de Peter A. Hall e Rosemary R. Taylor, Lua Nova, nº 58, 2003.

as (1) instituições e elites políticas e (2) as milhares de opiniões e atitudes das respectivas populações eleitorais. Pois, não existe eleitor sem voto, nem voto sem eleições, nem eleições sem democracia, ou democracias sem governos ou leis.

A cultura política enquanto uma dimensão psico-sociológica, constituída pelos valores, crenças e atitudes de confiança ou interesse dos cidadãos, fortemente influenciada pelo contexto de socialização de cada indivíduo, passou a representar nas sociedades contemporâneas a principal fonte de legitimação do poder do Estado.

No Brasil as investigações sobre a cultura política destacam que historicamente as atitudes e participação política da população em meio ao jogo democrático foram prejudicadas pelos governos autoritários, tanto locais quanto nacionais. Durante a história da política brasileira fenômenos como mandonismo, patrimonialismo, coronelismo, personalismo e clientelismo, considerados como resultados das relações de poder desiguais baseadas na opressão e dominação tradicional não apenas influenciaram na forma de atuação do cidadão no cenário político, mas inclusive no enfraquecimento de instituições políticas tais como os partidos.

De 1945 a 1964 existiu no Brasil um regime democrático representativo, baseado em um sistema multipartidário consolidado não apenas pela atuação de um governo e um parlamento forte, mas principalmente nos elevados percentuais de identificação partidária apresentados pela população.

A identificação partidária ou ideológica, por sua vez, é um tema de elevada relevância em estudos de sociólogos e cientistas políticos que investigam os padrões e determinantes do comportamento eleitoral. Para tais pesquisadores a identificação partidária ou ideológica representa variáveis com grande influência sobre a “direção do voto” do eleitor.

Singer (2002) afirma que a “identificação ideológica” é uma dimensão importante na atitude dos eleitores, representando

do um sistema de crenças estruturado e coerente, e inclusive apresentando certa estabilidade temporal no voto da população, além de ser uma importante variável para a predição do voto.

Todavia essa identificação também pode ser considerada a partir de sua contribuição para a consolidação do sistema partidário. Pois um sistema partidário está assentado, sobretudo nas diversas formas de adesão partidária que a população apresenta.

Há mais de trinta anos, Rae (1967) chamava a atenção para o fato — com frequência e com insistência esquecido — de que o efeito do sistema eleitoral sobre o sistema partidário é marginal: o formato do sistema partidário seria realmente determinado, em eleições livres e justas, pela distribuição das preferências do eleitorado pelos partidos em competição. Isto não significa que o sistema eleitoral não produza efeitos, mas apenas que estes se exercem após, e com menor impacto, a manifestação das preferências populares. Essa advertência é hoje extremamente oportuna, pois há quem pense que a alteração do sistema eleitoral produz, praticamente, qualquer resultado que se possa desejar, no âmbito do sistema político. (Lima Junior, 1999)

Pois se a população eleitoral não reconhece os partidos como formas de representação política legítimas no que esses fundamentariam seu poder?

Discussão dos resultados da pesquisa

Os resultados que serão analisados a seguir são frutos de uma pesquisa⁶ de opinião realizada entre os dias 20 de Setembro e 1º de Outubro de 2004 por ocasião das eleições municipais realizadas em todo o território brasileiro para a escolha de represen-

⁶ Os dados apresentados neste artigo resultados de um projeto de pesquisa, intitulado “O Clientelismo Eleitoral e a Estratégia do Voto Personalista entre a População Eleitoral de Santa Maria nas Eleições Municipais de 2004”, orientado pelo Professor Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann e registrado junto ao Gabinete de Projetos do CCSI da UFSM em 2004.

tantes políticos de cada circunscrição eleitoral.

A realização da pesquisa cumpria com os objetivos de um projeto científico que pretendia verificar se o voto personalista era predominante entre a população eleitoral de Santa Maria, em 2004, identificar as condições que tornam possível esse tipo de voto em eleições municipais, e descobrir quais são os principais critérios e estratégias que caracterizam as escolhas eleitorais centradas em variáveis personalistas.

A metodologia empregada para a concretização do projeto consistiu na realização de uma pesquisa de opinião pública, por meio da aplicação de 399 formulários semi-estruturados (tamanho da amostra calculado com base em um erro amostral de 5%), com questões abertas e fechadas, distribuídos segundo uma amostragem por cotas, a partir de critérios de idade, gênero, e densidade demográfica dos eleitores de cinco regiões (arbitrariamente diferenciadas) da zona urbana da cidade de Santa Maria. Sendo que os dados obtidos na aplicação dos questionários foram tabulados e as análises foram feitas em softwares de estatística, adotando um nível de significância de 5%.

Para a exposição desse artigo serão analisados os dados obtidos das questões contidas no formulário aplicado em Setembro de 2004, que refletem diversas características da cultura política da população da cidade de Santa Maria.

Restando menos de três semanas para as eleições de Outubro de 2004, na data de realização dessa pesquisa, quase 25% da população urbana da cidade de Santa Maria afirmou que ainda não havia decidido em quem votaria. E quando indagada sobre quanto tempo antes da eleição define seu voto, 15,5% dos eleitores entrevistados disseram “no dia da eleição”, 10,5% “na última semana”, 5,8% “até 15 dias antes”, 15,3% “um mês antes”, 13,8% “até 3 meses antes” e 32% “mais de 3 meses” (o restante não opinou). Isto mostra que para uma parcela considerável da população o voto é decidido dias antes do término das eleições. No caso das eleições de 2004 tais

percentuais evidenciam a forte disputa que ocorreu nesse pleito, durante essa campanha os eleitores mantiveram-se fortemente divididos e indecisos quanto a escolha do candidato a prefeito, tanto que no resultado final a diferença entre o candidato vitorioso e o segundo colocado foi de apenas 0,59%⁷.

Quando interrogados sobre o voto facultativo 71,4% dos eleitores afirmaram que iriam expressar sua opinião mesmo que o voto não fosse obrigatório. Além disso, 64,4% dos entrevistados disseram que gostam e procuram por iniciativa própria informações sobre os assuntos da política. O que demonstra forte interesse da população em participar do universo político, de influenciar nas decisões e de saber o que está sendo tratado na agenda política.

Tais percentuais também acompanham a tendência nacional verificada por Moisés (1995), de que após a reabertura política os cidadãos teriam procurado se envolver mais com as questões que estão em debate na sociedade e nas arenas políticas. Segundo Moisés a “herança ibérica” não resistiu às transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil nos últimos trinta anos, permitindo a emergência de novos padrões político-culturais.

“... essas mudanças apontam para a formação de uma opinião pública mais atenta aos processos políticos – tanto aos processos de formação de governos como aos de tomada de decisões por eles; essa maior atenção implica em mais interesse pelos fatos da vida política, mas, ao mesmo tempo, envolve também manifestações negativas sobre o fenômeno que Almond e Verba chamaram, três décadas atrás, de “eficácia política subjetiva”, isto é, do sentimento dos indivíduos de que vale a pena participar da política porque podem influir nas decisões relevantes da sua comunidade...” (MOISÉS, 1995, pp.109)

⁷ O resultado final da eleição para prefeito do município de Santa Maria nas eleições de Outubro de 2004 foram os seguintes. Valdeci Oliveira (PT) 51.932 votos (35,04%), Cezar Schirmer (PMDB) 51.063 votos (34,45%), José Farret (PP) 44.461 votos (30%) e Alda Olivier (PSTU) com 751 votos (0,51%) – fonte TRE-RS.

Entre os entrevistados apenas 14% afirmaram já terem sido filiados a algum partido político. Dentre esses mesmos eleitores 39,6% disseram ter sido filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), 25% disseram ter sido filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 8,3% ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), 6,3% ao Partido Trabalhista Brasileiro (PDT) e 6,3% ao Partido Progressista (PP).

Ao serem interrogados sobre a preferência partidária, 40,4% dos eleitores afirmaram possuir algum partido no qual preferira votar, enquanto que 38,3% disseram ter algum partido no qual se recusa a votar. Entre os partidos citados espontaneamente como os preferidos pelos eleitores o PT foi aquele que alcançou o maior percentual das preferências 49,7%, enquanto que PMDB obteve 16,8% das preferências, e PP e PDT alcançaram 8,1% cada um. E entre os partidos com o maior percentual de rejeição o PT novamente se destacou, pois 52,9% dos eleitores disseram que este era o partido no qual se recusavam votar, seguido do PSTU com 15% das rejeições e PMDB com 8%.

Esses percentuais revelaram-se muito semelhantes às tendências de comportamento eleitoral do eleitor brasileiro. Na análise da evolução da preferência partidária realizada por Carreirão e Kinzo (2004) o percentual de eleitores brasileiros que apresentam “algum tipo de preferência partidária” mostrou uma curva decrescente nas duas últimas décadas (tal como em outros países), e atualmente não chega a 50% do eleitorado.

O fato do PT ter aparecido como o partido com maior percentual de filiados, maior percentual de preferências e maior percentual de rejeição mostra que o Partido dos Trabalhadores conseguiu nos últimos anos, não apenas a nível local, mostrar aos eleitores que possuía uma “ideologia diferenciada” dos demais partidos.

A ideologia, tal como definiu Downs (1999[1957]), seria uma visão de mundo, um simplificação das comparações entre discursos, ações passadas, projetos, programas e posicionamentos políticos, que são empre-

gados tanto pelo eleitor (como uma forma de simplificar a tomada de decisão e minimizar custos de obtenção de informações sobre as políticas governamentais) quanto pelos partidos (que num mundo cujos resultados são caracterizados pelas incertezas, fazem uso da ideologia como instrumento estratégico na competição partidária). A ideologia seria útil tanto aos eleitores facilitando a diferenciação e identificação de partidos, quanto para os partidos ampliar a captação de votos em diversos setores do eleitorado.

O Partido dos Trabalhadores estaria conseguindo com grande eficiência identificar sua ideologia e diferenciar-se dos demais programas de governo, demonstrando até então uma posição política bem definida que agradava grande parte da população eleitoral (provavelmente aquela com maior identificação ao discurso e programa do partido), e ao mesmo tempo desagradava outra parcela da população (a qual seria contrária às posições políticas defendidas pelo partido). Neste contexto o PT estaria conseguindo fugir ao “clássico dilema dos anunciantes concorrentes”, proposto por Downs, no qual os anunciantes (ou partidos) procuram mesclar o discurso (ou fazer muitas promessas sobre vários temas) para agradar (ou confundir) o máximo de consumidores (ou eleitores).

“Cada um deve diferenciar seu produto de todos os substitutos próximos, todavia também deve provar que esse produto tem todas as virtudes que qualquer dos substitutos possui. Já que nenhum partido pode ganhar se opondo a uma maioria apaixonada, todos os partidos adotam quaisquer políticas com as quais uma porção esmagadora do eleitorado concorde e deseje ardentemente. Mas os cidadãos verão pouca utilidade em votar se todas as escolhas forem idênticas, assim devem ser criadas diferenças entre as plataformas...” (DOWNS: 1999, pp. 118)

Contudo, essa “maior nitidez ideológica” alcançada pelo PT não está baseada

propriamente na antiga distinção entre partidos de esquerda e de direita.

Entre os entrevistados 65,7% afirmaram que reconhecem a existência de diferenças entre os partidos que atuam no cenário político, porém para 57,6% dos eleitores “não faz sentido classificar os partidos entre esquerda e direita”. Esses percentuais mostram que apesar de existirem diferenças entre os partidos brasileiros, tais diferenças não são percebidas a partir da clássica, abstrata e dicotômica distinção esquerda e direita⁸, mas em outros termos, como por exemplo, entre partidos que defendem pobres (ou ricos), promovem mais privatizações, dão mais apoios a programas assistenciais, etc.

Os percentuais apresentados anteriormente, referentes à compreensão dos partidos políticos, ficam mais claros quando levam em consideração também as atitudes personalistas dos eleitores, pois quando indagados, 68,4% dos entrevistados afirmaram que “se o sistema eleitoral permitisse votariam em um candidato sem filiação partidária”. Além do mais a maioria dos eleitores afirmou que “não vota pelo partido, mas vota na pessoa”.

Quadro 1 - Quais dessas opções representam o principal critério para a definição do seu voto?

Opções	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
1 - Conhecer o Partido ou a Coligação	33	8,3	8,3
2 - Conhecer a Pessoa do Candidato	221	55,4	63,7
3 - Afinidade com opiniões e convicções políticas	111	27,8	91,5
4 - Oportunidade de receber um benefício material ou financeiro	11	2,8	94,2
5 - Outra resposta	23	5,8	100,0
Total	399	100,0	

O quadro 1 mostra com clareza não apenas um preocupante aspecto da cultura política do eleitorado santa-mariense, mas uma tendência crescente no Brasil, a saber, do personalismo. Isto é, para 55,4% da população eleitoral da zona urbana do Município de Santa Maria o critério mais importante para a definição do voto não é conhe-

cer o partido, nem mesmo ter afinidade com as posições políticas concorrentes apresentadas em campanha, mas é quase que exclusivamente a pessoa do candidato.

O personalismo não é um fenômeno recente na política brasileira, e já vem sendo estudado de diversas formas, inclusive como um aspecto do populismo, mas a sua continuidade mesmo duas décadas após a reabertura política (ou seis séculos após o fenômeno Vargas) é que impressiona. E apesar deste artigo estar considerado o personalismo como um fenômeno único, Silveira (1998) ao tratar da “Decisão do voto no Brasil” aponta algumas nuances deste fenômeno classificando-o de duas formas, em tradicional (enquanto uma forma de “identificação afetiva” com a liderança em função de qualidades especiais que são consideradas como um dom), e ideológico (enquanto uma forma de “identificação cognitiva” com idéias, valores e métodos de ação das lideranças políticas). Contudo, ambos refletem a fragilidade dos partidos perante as personalidades políticas individuais.

O quadro 1 mostra também que as afinidades com opiniões e convicções políticas são critérios de escolha apontados como superiores aos partidos. Este dado é reforçado inclusive quando tratamos de questões referentes à sofisticação política dos eleitores, ou sua capacidade de conhecer e definir a “função” do vereador, do prefeito e do partido político, enquanto elementos essenciais das instituições políticas brasileiras e centro do processo eleitoral daquele ano.

Ao serem indagados sobre a função do vereador, 60,7% dos eleitores disseram serem capazes de defini-la, sobre a função do prefeito 74,9% dos eleitores disseram serem capazes de defini-la, enquanto que 62,2% dos cidadãos entrevistados disseram que “se consideravam incapazes de definir qual a função de um partido”.

Os partidos segundo Downs (1999) são “coalizões de homens que buscam controlar o aparato de governo através de meios legais” a fim de maximizar seus benefícios, porém, também se caracterizam por

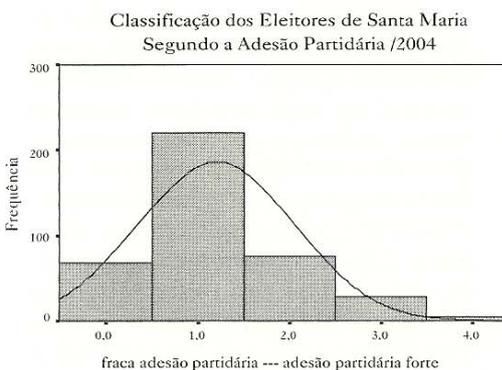
⁸ No artigo “A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese”, de Ângelo Segrillo, a dicotomia esquerda e direita é apresentada como um rótulo político que vem perdendo significado em um mundo globalizado e baseado em uma economia de mercado, cujas plataformas políticas são pautadas pela agenda da “terceira via”.

uma “função expressiva”, pois segundo Sartori (1982) os partidos são “canais de expressão e representação das reivindicações do povo”.

E é exatamente a função de “representatividade” que está sendo colocada em *check* pela população, tal como frisou o pesquisador Marcello Baquero.

“... partidos defendem nos seus programas orientações sociais, defesas de princípios democráticos e a participação mais ampla dos cidadãos. Porém, na prática, estabelecem padrões de comportamento radicalmente diferentes, levando à confusão e ao desencanto dos eleitores... O simbolismo cultural produzido pelos partidos, geralmente, é de desconfiança e apatia. E, apesar do crescimento dos meios de comunicação e dos meios de informação sobre os assuntos de natureza política, os partidos, em vez de construir mecanismos mais eficazes de comunicação com os eleitores, têm encontrado novos caminhos para fraudar as suas expectativas. A técnica ou o marketing tem substituído as tradicionais formas de dominação e manipulação política. O resultado, porém, continua sendo o mesmo: uma manipulação subjetiva da vontade cidadã.” (BAQUERO, 1999, p. 20)

É certo que nem todos os cidadãos apresentam o mesmo tipo de envolvimento e interesse com assuntos de política, ou o mesmo grau de identificação partidária. Dentro da mesma população podem coexistir eleitores que são “mais leais aos partidos” (aqueles que inclusive já foram filiados a algum partido político) e eleitores que seriam menos afetados pelos apelos partidários (aqueles que apresentam identificações partidárias voláteis e podem facilmente mudar de partido entre uma eleição e outra). A figura a seguir pretende mostrar a distribuição dos eleitores de Santa Maria em um contínuo que representa a adesão partidária segundo um escore⁹ de adesão.



A análise dessa distribuição revela que a maioria dos eleitores apresenta alguma forma de adesão partidária, seja na forma de preferência, rejeição ou filiação partidária. E, que apenas 17,3% dos eleitores santa-marienses não apresentaram qualquer adesão partidária (obtiveram uma soma de escores igual a zero), isto é, não percebem os partidos políticos como dispositivos de representação política. Portanto, os eleitores apenas não têm os partidos como “principal critério” para definição do voto, mas não que os desconsiderem por completo.

O que ocorre é que nos últimos anos parcelas cada vez maiores da população estão deixando de ver os partidos como dispositivos de expressão e representação política, estão avaliando o sistema partidário com desconfiança e desencanto, e estão afirmando em alto e bom tom de que “não votam mais nos partidos e sim nos candidatos”.

Mas quais seriam as causas para essa desconfiança e desencanto da população em relação aos partidos políticos?

Pereira e Mueller (2003) defendem a tese de que no Brasil os “partidos são fracos na arena eleitoral embora sejam fortes na arena legislativa”. Para esses autores “as regras eleitorais incentivam os candidatos a desenvolver relações personalísticas e individuais com suas bases eleitorais, em vez de mediá-las via partidos políticos”. Tese semelhante é apresentada por juristas e políticos, tal como Nelson Jobim, em reflexões sobre a “crise da representatividade e os riscos da democracia”.

⁹ As respostas positivas (“SIM”) para cada uma das questões analisadas receberam os seguintes escores: fidelidade partidária = 2; preferência partidária = 1; e rejeição partidária = 1. Para a construção do contínuo foram somados os escores obtidos por cada eleitor.

“... partidos, para serem vitoriosos, dependem fundamentalmente da soma dos seus candidatos. E, porque dependem da soma de votos dos seus candidatos, elaboram elencos ou listas para o voto uninominal de escolha do eleitorado que possam produzir votos, mas que não necessariamente possam representar orientações partidárias sólidas, já que a dependência do nosso sistema do nosso sistema de voto uninominal e da dependência da soma para a formação do coeficiente partidário para os partidos políticos faz com que venhamos buscar uma série de candidatos que possam ter penetração eleitoral, mas que não necessariamente respondam a critérios político-partidários de responsabilidade e de consistência histórica.” (JOBIM,1992,p13)

Todos esses argumentos reforçam a necessidade da realização de uma reforma política ampla e eficaz, no sentido de fortalecer e preservar as instituições políticas democráticas. Embora as regras eleitorais não sejam capazes de moldar com perfeição a cultura política da população, e portanto acabar de uma vez por todas com as tendências de personalismo e com a desconfiança que os eleitores nutrem com relação à “função representativa” dos partidos, suas transformações tem forte reflexo sobre as atitudes da população.

Todavia, os políticos também precisam fazer a sua parte na consolidação e legitimação das instituições, a fidelidade partidária não diz respeito somente aos cidadãos, mas principalmente aos representantes públicos eleitos pelo voto popular. O troca-troca de partidos verificado em assembleias legislativas, a formação de alianças partidárias sem laços ideológicos históricos, a incontável lista de promessas não cumpridas e a oligarquização¹⁰ interna dos partidos em nada contribuem para melhorar a imagem dos partidos frente a população.

¹⁰ Fenômeno investigado por João I. P. Lucas no artigo “Oligarquização partidária e eleições Municipais – esboço de algumas tendências”, que reflete os procedimentos de distribuição e controle sistemático do poder por minorias dentro dos partidos políticos, em detrimento dos interesses da maioria dos militantes.

Conclusão

Os resultados apresentados e analisados anteriormente mostram que a cultura política do cidadão santa-mariense está consolidada, pois mesmo quando deparados com a situação hipotética do voto facultativo ainda assim se mostram favoráveis a participar do processo eleitoral. Além disso, os dados trazidos pela pesquisa de opinião mostraram que a maioria absoluta da população está interessada e busca por conta própria informações sobre assuntos da política, o que revela forte tendência para o envolvimento político da população.

Todavia, no tocante a identificação partidária ou ideológica da população os dados revelados pela pesquisa mostram uma situação um tanto quanto preocupante, pois para a maioria dos eleitores os partidos não representam o principal critério para a definição do voto. A maioria da população não apresenta preferência, rejeição ou filiação partidária, nem mesmo saberia definir qual a função de um partido político. Tais resultados nos conduzem ao questionamento sobre a legitimidade e eficácia dessas instituições políticas tão cruciais ao regime democrático. Como poderia a democracia contemporânea sobreviver sem que os partidos políticos sejam reconhecidos como dispositivos legítimos da representação da vontade popular?

Esse descompasso mantém-se devido a forma de atuação dos partidos políticos, que exploram ao máximo as possibilidades abertas pelo sistema eleitoral e governamental, e que devido suas estratégias eleitorais, seus troca-trocas de políticos, sua alianças e políticas de barganhas geram um sentimento de desconfiança perante a população. Mas tal descompasso também existe devido a herança deixada pelos regimes autoritários, nos quais a coerção minava qualquer forma de expressão política popular ou oposição política.

Enfim, atualmente nos deparamos com uma situação que exige mudanças amplas, sobre as quais se admite pouco controle e domínio de suas reais conseqüências.

Mas que além de necessárias são percebidas como a alternativa mais promissora para que se consiga realmente fazer com que as instituições políticas, como os partidos, encontrem um fundamento estável e duradouro para a legitimação de seu poder, e não fiquem a mercê de uma “insustentável leveza”.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney (1963 [1989]). **The Civic Culture: Political Attitudes And Democracy In Five Countries.**

ANDREW, Arato. **Representação, Soberania Popular e Accountability.** Revista Lua Nova Nº 55-56, Ano 2002, Pp 87-103.

BAQUERO, Marcello. **Desafios da Democratização na América Latina: Debates sobre Cultura Política** / org. Marcello Baquero. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica e voto para presidente;** *Opinião Pública*, Vol.VII, nº 1, 2002, pp. 54-79.

____ & KINZO, Maria D'Alva G. **Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil: 1989-2002.** *Dados/Revista de Ciências Sociais*, Vol 47, nº 1, 2004, pp. 131-168.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral;** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, nº 20, 1992, pp. 07-20.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia/** trad. Sandra Guardine Teixeira Vasconcellos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus Figueiredo. **A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade;** São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary R. **As três versões do neo-institucionalistas,** *Lua Nova*, nº 58, 2003, pp. 194-224.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática;** São Paulo: Editora Ática, 1995: pp. 301.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept Of Representation.** Berkeley, University Of California Press, 1967.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil De. **Reformas de sistemas eleitorais: mudanças, contextos e conseqüências.** *Revista Dados*, 1999, V 42 Nº1.

LUCAS, João Ignácio Pires. **Oligarquização Partidária e eleições Municipais – esboço de algumas tendências.** In. BAQUERO, Marcello. *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise/* org. Marcello Baquero. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1997.

PAIVA, Denise, SOUZA, Marta Rovey & LOPES, Gustavo de Farias. **As Percepções Sobre Democracia, Cidadania e Direitos** *Revista Opinião Pública*, Vol X, Nº 2, 2004, pp 368-376.

PEREIRA, Carlos & MUELLER, Bernardo. **Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, ano 4, 2003, pp. 735-771.

PRZEWORSKI, Adam, CHEIBUB, José Antônio & LIMONGI, Fernando. **Democracia e Cultura: Uma Visão Não Culturalista,** *Revista Lua Nova*, Nº 58, 2003, pp 9-35.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas partidários.** Trad. Waltensir Dutra; Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: Editora Brasiliense, 1982.

SEGRILLO, Ângelo. **A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese,** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 3, 2004, pp. 615 a 632.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A Decisão do Voto no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SINGER, André Victor. *Izquierda y Derecha en el Electorado Brasileño: la Identificación ideológica en las disputas presidenciales de 1989 y 1994*, Buenos Aires: CLACSO – Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

JOBIM, Nelson. *A Crise da Representação e os Riscos da Democracia*. - In. TRINDADE, Hélió. *Reforma Eleitoral e Representação Política – Brasil anos 90 / Organizado por Hélió Trindade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

Apêndice

As variáveis dependentes analisadas anteriormente são oriundas das seguintes perguntas contidas no formulário empregado na pesquisa:

1) “O(a) sr(a) já definiu o seu voto para prefeito em 2004?”

2) “Quanto tempo antes da eleição o(a) sr(a) define seu voto?”

3) “Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) participaria das eleições?”

4) “O(a) sr(a) gosta ou procura por iniciativa própria obter informações sobre assuntos da política?”

5) “O(a) sr(a) está ou já foi filiado a algum partido político?”

6) “O(a) sr(a) acredita que exista alguma diferença entre os partidos políticos?”

7) “O(a) sr(a) possui algum partido que seja de sua preferência?”

8) “O(a) sr(a) possui algum partido no qual se recusa a votar?”

9) “O(a) sr(a) acredita que exista alguma diferença entre os partidos políticos?”

10) “Para o(a) sr(a) faz sentido classificar os partidos entre direita e esquerda?”

11) “Se o sistema eleitoral permitisse, o(a) sr(a) votaria em um candidato sem filiação partidária?”

12) “Quais das opções representam o principal critério para definição do seu voto?”

13) “O(a) sr(a) seria capaz de definir qual é a função de um vereador?”

14) “O(a) sr(a) seria capaz de definir qual é a função de um prefeito?”

15) “O(a) sr(a) seria capaz de definir qual é a função de um partido?”